

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.419.872 - MT (2018/0339726-5)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : NORTENE PLASTICOS LTDA
ADVOGADO : MÁRIO EDUARDO LOURENÇO MATIELO E OUTRO(S) -
SP072905
AGRAVADO : ALEXANDRE AUGUSTIN
ADVOGADOS : GABRIEL GAETA ALEIXO - MT011210A
LARISSA SILVA ALVES DOS SANTOS - PR059659

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AGRAVO QUE NÃO INFIRMA TODOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

A NORTENE PLÁSTICOS LTDA. (NORTENE) ajuizou ação de cobrança contra ALEXANDRE AUGUSTIN (ALEXANDRE), pleiteando o recebimento de valores representados por títulos extrajudiciais anexados à inicial.

O juízo de primeiro grau julgou procedente o pedido inaugural, condenando o ALEXANDRE ao pagamento dos valores reclamados pela NORTENE.

O Tribunal de origem, por sua vez, deu provimento ao recurso de apelação interposto pelo ALEXANDRE em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SENTENÇA DO PROCESSO MAIS AMPLO CASSADA - NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO DA LIDE - CASSAÇÃO DO DECISUM NESTE FEITO - ATO QUE SE IMPÕE - RECURSO PROVIDO.

Cassada a sentença do processo apenso, cuja matéria é mais ampla, ante o cerceamento de defesa, impõe-se a cassação também do decisum nesta lide (e-STJ, fl. 343).

Irresignada, a NORTENE interpôs recurso especial, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, sustentando, em síntese, a desnecessidade da produção pericial requerida no caso concreto, bem como o desprestígio ao princípio da persuasão racional do juiz na hipótese vertente, tendo em vista que o juízo sentenciante entendeu por suficientes as provas anexadas aos autos.

O apelo nobre não foi admitido tendo em vista a incidência da Súmula nº 7 do STJ.

Irresignada, a NORTENE interpôs agravo em recurso especial repisando a tese defendida no apelo nobre denegado na origem.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 405/410).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observo que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra todos os fundamentos da decisão agravada, pois o ITAÚ limitou-se a repisar as teses defendidas no apelo nobre e a renegar genericamente a incidência dos óbices sumulares invocados.

Como se sabe, na hipótese em que se pretende impugnar, no agravo em recurso especial, a incidência da Súmula nº 7 do STJ, deve o agravante não apenas mencionar que o referido enunciado deve ser afastado, mas também demonstrar que a solução da controvérsia independe do reexame dos elementos de convicção dos autos, soberanamente avaliados pelas instâncias ordinárias, não sendo suficiente apenas a assertiva de que não se pretende o reexame de fatos e provas.

Segundo a decisão ora agravada, o Tribunal de origem manifestou-se no sentido de que, *provido o RAC nº 44399/2018, em que foi cassada a sentença, o mesmo se impõe neste momento, visto que não mais subsiste a fundamentação que levou ao provimento desta ação* (e-STJ, fl. 390).

Nesse contexto, a linha argumentativa desenvolvida pela NORTENE, além de não evidenciar nenhuma questão federal a ser dirimida no âmbito desta Corte Superior, de molde a afastar a incidência do óbice sumular invocado, desconsidera completamente as premissas de fato assentadas pelo acórdão recorrido, se mostrando absolutamente dissociada das razões que conferem sustentação jurídica à decisão ora agravada.

Nesse contexto, tendo sido apresentado em desacordo com os

requisitos do art. 932, III, do NCPC, o recurso não se mostra viável.

A propósito, cita-se o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ E DO ART. 932, III, DO CPC/2015. [...]

II - Razões de agravo interno que não impugnem especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do Agravante. Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III, do CPC/2015.

III - Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 884.901/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, DJe 27/5/2016)

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Porque inaplicável à presente hipótese, tendo em vista que o processo deverá retornar à origem para que nova sentença seja proferida, de majorar os honorários advocatícios nos termos do art. 85, § 11 do NCPC.

Advirta-se, todavia, que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts.1.021, § 4º e 1.026, § 2º) e honorários recursais (art. 85, § 11).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator